

# ***Crise não foi resolvida, alega 3º Mundo***

O programa de 1979 não recebeu nenhuma atenção dos outros países. O novo programa que acaba de ser apresentado terá certamente o mesmo destino. Seu interesse é de mostrar o que os países em desenvolvimento gostariam que se fizesse para superar uma crise que poderá tomar grande dimensão e que já havia sido prevista no documento anterior. A atual crise não está superada, do ponto de vista dos países do Terceiro Mundo. Apenas teve o efeito de mostrar a fragilidade do sistema monetário internacional e os erros cometidos. Ela mostrou que os países em desenvolvimento são muito mais vulneráveis de que as nações industrializadas a uma evolução negativa da conjuntura internacional. O que ficou evidente foi a insuficiência dos recursos dos organismos internacionais para enfrentar a crise.

Em 1960, as cotas totais do FMI representavam 12% do comércio internacional e, em 1983, essa porcentagem havia caído para cerca de 5%. Um aumento das cotas, isto é, do capital do FMI, é indispensável. Os estatutos do FMI prevêem um aumento a cada período de cinco anos. Para 1986 está previsto um novo aumento. O Grupo dos 24 sugere que a revisão das cotas seja adiantada e que ela seja realizada a cada três anos.

Mais irrealista é a sugestão apresentada para a emissão de 15 bilhões anuais de Direitos Especiais de Saque — DES (um DES, hoje, vale pouco mais de um dólar), assim como uma modificação na sua distribuição. Os membros do Grupo dos 24 criticam violentamente o sistema atual de taxa cambial flutuante. Eles querem que se adote um sistema intermediário entre o estabelecido em Bretton Woods, de uma taxa fixa, e o atual.

Com uma certa malícia, os países em desenvolvimento lembram que as excessivas flutuações da taxa cambial refletem a indisciplina na conduta da política econômica dos países industrializados, para os quais o FMI é particularmente indulgente.

Os países do Terceiro Mundo também estão propondo uma modificação total na política de reajuste sugerida pelo FMI, que deveria dar prioridade ao problema de desenvolvimento. Ontem, já na reunião do comitê interino, os países em desenvolvimento receberam uma resposta às suas propostas. Não tinham ilusões quanto à atitude de um organismo internacional em que o Terceiro Mundo detém apenas 38% do total de votos, enquanto um único país, os Estados Unidos, pode exercer sozinho um direito de veto para todas as decisões importantes. Hoje estão pedindo que a participação dos países em desenvolvimento seja de pelo menos 50%. Mas como impor tal sugestão quando são os países ricos que terão de contribuir para aumentar os recursos dos organismos internacionais?

## **No almoço, as decisões fundamentais**

Os ministros dos 22 países que compõem o comitê interino tomam suas mais importantes decisões durante o almoço. O problema mais delicado, do qual eles se ocuparão, diz respeito à manutenção ou não das facilidades ampliadas para a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI). Se não houver acordo, a partir de janeiro de 1985 o FMI deverá limitar sua ajuda a 100% da cota de cada país, o que significaria uma ajuda totalmente inútil.

Há a esperança de que os ministros de Fazenda, durante o almoço no restaurante particular do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, cheguem a um acordo, mas não se deve esquecer de que no ano passado foi necessário também um jantar, à meia-noite, para que o consenso fosse alcançado. Todavia, ontem, antes mesmo da reunião, já havia um projeto de comunicado de reunião do comitê interino, que se regozijava, em sua primeira parte, com a perspectiva de uma taxa de crescimento de 5% nos países industrializados.